

## A Cooperação Entre Estados «Párias»: O Caso Israel-África do Sul

Sérgio Vieira da Silva\*

Vasco Martins dos Santos\*\*

### *Resumo*

Quis o curso da história que os destinos da África do Sul e de Israel se cruzassem. Dois «povos eleitos» – afrikaners e judeus – partilharam incompreensões, rejeições e isolamentos. As diferenças separaram-nos, mas os estigmas presentes na sociedade internacional contemporânea reaproximaram-nos. Encerrados no «*laager*» e em «Massada», respetivamente, afrikaners e judeus encontraram um importante caminho da sobrevivência nacional numa cooperação estreita, até mesmo nos domínios mais sensíveis.

*Palavras-chave:* África do Sul, Israel, cooperação económica, cooperação militar, cooperação nuclear, cooperação em inteligência

---

\* Professor Auxiliar do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT. Diretor do Instituto de Estudos de Segurança. Diretor do 1º ciclo em Estudos de Segurança

\*\* Doutorando em História, Defesa e Relações Internacionais no ISCTE/IUL com a Academia Militar. Docente do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT. Subdiretor do Instituto de Estudos de Segurança

106     *Abstract*

The course of history wanted that the fate of South Africa and Israel would cross. Two «chosen people» – Afrikaners and Jews – shared misunderstanding, rejection and isolation. The differences separated them, but the stigma in society contemporary international brought them closer. Trapped in «*laager*» and «Masada» respectively, Afrikaners and Jews found an important way of national survival through close cooperation, even in the most sensitive areas.

*Keywords:* South Africa, Israel, economic cooperation, military cooperation, nuclear cooperation, intelligence cooperation

## 1. A Chegada dos Judeus à África do Sul

Os primeiros judeus chegaram à África do Sul no início do século XIX, após ter sido autorizado o estabelecimento de não cristãos na colónia do Cabo (Shain, 1994: 9). Este movimento migratório seria reforçado já em finais do século em virtude dos *pogroms* antissemitas que tiveram lugar no leste da Europa. Oriundos principalmente da Lituânia, os judeus sul-africanos aderiram rápida e maciçamente aos ideais do sionismo, mais prontamente, aliás, que os seus correligionários americanos e europeus.

Quis o curso da história que os destinos do sionismo e da África do Sul se cruzassem. O primeiro momento desta história partilhada situa-se em janeiro de 1902, quando Theodor Herzl, o fundador do sionismo político, se dirigiu a Cecil Rhodes, o primeiro-ministro da colónia do Cabo<sup>1</sup>. Durante a Primeira Guerra Mundial, conscientes que o destino da Palestina se encontrava nas mãos da Grã-Bretanha, os sionistas puseram-se a abordar personalidades eminentes da vida política britânica para que elas intercedessem em favor da sua causa junto do Governo de Londres. Também na África do Sul, a comunidade judaica tomou a iniciativa de contactar as autoridades da União, obtendo o apoio dos generais Louis Botha, James Hertzog e Jan Smuts. Este último, enquanto membro do Gabinete de Guerra britânico, apoiou a Declaração Balfour de novembro de 1917, tornando-se progressivamente um fervoroso adepto do movimento sionista (Zwergbaum, 1973: 208). Partilhava com os sionistas o argumento de que a segurança estratégica da principal via de comunicação imperial britânica – o canal de Suez – seria reforçada pela proximidade de uma pátria judaica, patrocinada pela Grã-Bretanha (Shimoni, 1980: 42).

A deterioração das condições políticas na Lituânia e as inflexões introduzidas nas políticas de imigração dos Estados Unidos e da Austrália redundaram num acentuado reforço da presença judaica na África do Sul a partir de meados dos anos vinte. Esta nova vaga de imigração, numa altura em que o desemprego fustigava severamente o país,

---

1. Note-se que Herzl advogava a constituição na Palestina de uma «companhia majestática», sob a proteção da Grã-Bretanha, concebida como uma primeira etapa rumo à criação do «lar nacional judaico» (veja-se Herzl, 1896: capítulo III). Este facto explica também a profunda admiração de Herzl por Rhodes, bem como os contactos entre os dois por iniciativa do líder sionista.

suscitou profundas apreensões na sociedade sul-africana<sup>2</sup>, em particular entre os «pobres brancos», na sua maioria afrikaners de origem rural, recentemente urbanizados e não qualificados (Shain, 1994: 114).

A ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha viria piorar o quadro. As relações privadas, mas também governamentais, com o III Reich multiplicaram-se (veja-se Kienzle, 1979), sendo acalentadas pelas convergências ideológicas entre a Afrikaner Broederbond, a ala radical do nacionalismo afrikaner, e o nacional-socialismo (veja-se Bunting, 1964: 54-79). Em 1939, a hostilidade congénita contra a Grã-Bretanha e a minoria anglo-saxónica da África do Sul levou a esmagadora maioria dos afrikaners a desejar a vitória da Alemanha na guerra que acabava de eclodir (Bas & Tersen, 1987: 57).

Entretanto, a comunidade judaica sul-africana criara, em 1934, a Africa-Israel Investments<sup>3</sup>, para coordenar a compra de terras na Palestina, enquanto, em Londres, Chaïm Weizmann, o presidente da Organização Sionista Mundial, ganhava a amizade do general Jan Smuts. Este, na qualidade de primeiro-ministro da União sul-africana (1939-1948), viria a contribuir amplamente para o estabelecimento do Estado de Israel. Na verdade, a partir de finais dos anos 40, Smuts autorizou os judeus sul-africanos, tradicionalmente os maiores doadores *per capita* do movimento sionista, a enviar dinheiro e víveres para as forças paramilitares judaicas na Palestina, aceitando também a partida dos judeus que ambicionavam contribuir militarmente para a criação do «lar nacional judaico». Por fim, em maio de 1948, coerente consigo mesmo, Smuts reconhecia de facto o novo Estado.

A criação do Estado hebreu coincidiu, no entanto, com a chegada ao poder em Pretória do Partido Nacional. Apesar da animosidade entre afrikaners e judeus, o novo primeiro-ministro sul-africano, Daniel François Malan, não tardou a anunciar publicamente que os judeus não seriam objeto de discriminação e, juntando o gesto à palavra, manteve os privilégios que o seu antecessor lhes havia acordado. Em 1949, Malan reconhecia *de iure* o Estado judaico e, em 1953, deslocava-se a Israel em visita oficial, sendo aliás o primeiro chefe de Estado a fazê-lo (Chazan, 1983: 172). Estas manifestações de cordialidade para com a

2. Havia 38.101 judeus na África do Sul em 1904, 62.103 em 1926 e 90.645 em 1936 (RSA, 1986). Sobre as vagas de imigração judaica para a África do Sul, veja-se Friedman (1995: 635-637).

3. É atualmente propriedade do Bank Leumi Le'Israel.

comunidade judaica sul-africana não eram, todavia, desinteressadas. A nova equipa dirigente de Pretória estava, com efeito, consciente das repercussões internacionais e da fuga de capitais que uma hostilização da comunidade judaica infalivelmente arrastaria consigo. Esta, por sua vez, encontrava-se perante um dilema: aceitar este conjunto de concessões e, por arrastamento, reconhecer o regime do *apartheid*, ou condenar este último e correr o consequente risco de uma discriminação (Adams, 1984: 9)?

## 2. O «Reinado» da *Raison d'État*

Em 1949, o Governo de Israel abria um consulado geral em Pretória, uma medida que não teve contrapartida por parte dos sul-africanos, sob o pretexto de que a União, enquanto membro da Commonwealth, podia ser representada pela Grã-Bretanha (Bas & Tersen, 1987: 59). Não obstante, altos dignitários israelitas deslocaram-se à África do Sul, entre os quais se destacam o ministro dos Negócios Estrangeiros Moshe Sharrett em 1951, o general Yigal Allon, membro do Knesset (o parlamento israelita), em 1956, e o general Moshe Dayan, chefe do Estado-Maior do Tsahal<sup>4</sup>, em 1957. Por fim, a representação diplomática israelita foi elevada ao nível de embaixada em 1958. Todos estes gestos ao encontro de um Governo sul-africano no mínimo distante relativamente ao Estado judaico podem explicar-se pelo cuidado de Telavive em não beliscar os interesses da comunidade judaica sul-africana... nem o seu generoso apoio financeiro.

A vontade de acautelar uma marginalização internacional impulsionou, no entanto, os israelitas a estender as suas relações diplomáticas e comerciais com os países do Terceiro Mundo, tendo sido, neste âmbito, implementado um ambicioso programa de ajuda ao desenvolvimento em proveito da África Negra. Este programa, como sublinhou o primeiro-ministro David Ben-Gurion em 1960, não era «uma questão de filantropia (...). Não temos menos necessidade da fraternidade da amizade das novas nações do que elas têm da nossa assistência» (Bard, 1988). Nos anos sessenta, vários países africanos, alguns dos quais muçulmanos, enviaram quadros formar-se em Israel, recebendo ao mesmo tempo cooperantes israelitas, francamente apreciados pelo seu igualitarismo

---

4. Acrónimo de Tseva Haganah Le'Israel (Força de Defesa de Israel).

(Bas & Tersen, 1987: 59). Para os africanos, o Estado hebreu era, com efeito, uma vítima do colonialismo britânico; por outro lado, os israelitas não carregavam a má reputação dos antigos colonizadores. Como destacou o presidente centro-africano David Dacko, os israelitas «não tentaram criar-nos à sua imagem. Em vez disso, Israel tem-se contentado em mostrar às novas nações africanas as suas realizações, em ajudá-las a superar as suas fraquezas, em ajudá-las na aprendizagem. Fazendo assim, [os israelitas] conquistaram a África Negra» (Bard, 1988). Por fim, muitos líderes africanos entusiasmaram-se pelo progresso rápido dos israelitas em matéria de integração social e tecnológica dos novos imigrantes, assim como pelos seus sucessos no domínio agrícola (Hunter, 1987: 24)<sup>5</sup>. As consequências políticas não foram negligenciáveis, sendo as resoluções anti-israelitas frequentemente rejeitadas na ONU graças ao voto negativo dos Estados da África Negra. Este apoio diplomático tinha, mais cedo ou mais tarde, de ser compensado.

À medida que as relações israelo-africanas se aprofundavam, tornava-se cada vez mais difícil para o Governo de Telavive manter uma atitude política amistosa, mesmo que discreta, relativamente a Pretória, uma percepção reforçada após a chegada de Golda Meir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1956. Esta tinha, com efeito, uma «perspetiva africana»<sup>6</sup>, cuja validade fora confirmada durante a sua

5. Foi sob este espírito que a representação do país em África foi confiada a embaixadores pouco comuns. Israel prescindiu do envio de profissionais, optando por recrutar indivíduos oriundos dos *kibboutzim*, particularmente motivados e experientes, alguns dos quais conseguiram estabelecer relações muito próximas com os líderes dos países onde foram acreditados. Citem-se, entre outros, Ehud Avriel, embaixador no Gana e confidente de Kwame Nkrumah; Shlomo Hillel, embaixador na Guiné e amigo pessoal de Sékou Touré; Rafi Ben Shalom, conselheiro do presidente maliano Modibo Keita; Hanan Yavor na Nigéria e Ephraïm Ben Haïm na República Centro-Africana (Kimche, 2001).
6. Golda Meir considerava que a experiência israelita podia ser transmitida aos africanos, empenhados, também eles, num processo de construção nacional. «Como eles» – afirmou Meir –, «livrámo-nos da dominação estrangeira; como eles, tivemos de aprender por nós mesmos como recuperar a terra, como aumentar a produção das nossas colheitas, como irrigar, como criar aves de capoeira, como viver em conjunto e como nos defender. A independência chegou até nós, como estava a chegar a África, não servida numa bandeja de prata, mas após anos de luta, e tivemos de aprender – em parte através dos nossos próprios erros – o elevado custo da autodeterminação. Num mundo claramente dividido entre os «que têm» e os «que não-têm», a experiência de Israel começava a aparecer única porque tínhamos sido forçados a procurar soluções para problemas que os Estados grandes, ricos e poderosos nunca tinham encontrado. Não podíamos oferecer à África dinheiro ou armas, mas, por outro lado, estávamos livres da mácula dos exploradores coloniais porque tudo o que queríamos da África era amizade. (...) A principal razão para a nossa aventura africana foi que tínhamos algo que queríamos passar às nações que eram ainda mais jovens e menos experientes que nós» (Kimche, 2001).

participação numa sessão especial da I Conferência dos Povos Africanos, reunida em Acra em dezembro de 1958. Pouco depois, na esperança de despertar o interesse dos africanos por Israel, Golda Meir deslocava-se ao Gana, à Costa do Marfim, ao Níger, à Libéria e ao Senegal a fim de demonstrar o particular interesse que o Governo de Telavive dispensava aos movimentos de libertação africanos. Este estado de coisas acabaria por a incentivar a tomar uma posição muito mais *engagée* contra a África do Sul, uma atitude que não tardou a suscitar duras críticas do partido Herut de Menahem Begin, na oposição, bem como das comunidades judaicas da Rodésia e, mais violentamente ainda, da própria África do Sul. O Governo israelita replicou que a *raison d'Etat*, em particular a necessidade de agradar aos seus aliados africanos, prevalecia sobre os interesses privados da comunidade judaica sul-africana (Shimoni, 1980: 319).

Durante este período de boas relações com a África Negra, Israel não cessou de afrontar o regime sul-africano. Em 1961, o primeiro-ministro Ben-Gurion e o presidente voltaico Maurice Yaméogo emitiam um comunicado conjunto criticando duramente o *apartheid*. Em 13 de abril do mesmo ano, o Estado hebreu votava na Assembleia Geral das Nações Unidas uma resolução condenando a política de *apartheid* como «repreensível e repugnante para a dignidade humana» (UN, 1961). Pouco depois as autoridades sul-africanas recusavam a autorização de uma transferência corrente de donativos judaicos para Israel, cujo Governo «esbofeteara a África do Sul e juntara-se aos seus inimigos» (Shimoni, 1980: 319). Este gesto não teve qualquer influência sobre Telavive, que multiplicou as iniciativas contra o regime do *apartheid*. Em 1962, votava nas Nações Unidas em favor da imposição de sanções à África do Sul; em 1963, reduzia a sua missão diplomática em Pretória ao nível consular e, em 1966, votava na ONU, com os países do Terceiro Mundo, a revogação do mandato da África do Sul sobre a Namíbia (Chazan, 1983: 172).

A guerra israelo-árabe de 1967 («Guerra dos Seis Dias») iria, contudo, confundir todos os dados. A ocupação israelita de territórios árabes e africanos (o Sinai) provocou uma mudança na perceção dos líderes africanos, que viam nesta prática um precedente suscetível de ser imitado pela África do Sul e pela Rodésia. Para além disso, naquele momento, os africanos temiam menos os grandes desígnios árabes, uma vez que o novo presidente egípcio Anwar al-Sadat, ao contrário de

- 112 Nasser, não manifestava um vivo interesse pelo pan-arabismo, considerado pelos africanos como uma ameaça à sua independência (Bard, 1988). O Estado de Israel era agora considerado um poderoso agressor, ao mesmo tempo que se multiplicavam as referências ao sionismo como uma forma de colonialismo (Chazan, 1983: 192).

Em contrapartida, os sul-africanos, avaliando a situação como uma oportunidade de aproximação política a Israel, foram rapidamente em auxílio do Governo hebreu, enviando-lhe armas e aviões de substituição. Na sequência do embargo de armas decretado pela França a Israel (veja-se Gorce & Schor, 1992: 34)<sup>7</sup>, a África do Sul, também ela cliente de armas gaulesas, forneceu aos israelitas os sobressalentes de que necessitavam, autorizando ainda os judeus sul-africanos a transferir imediatamente 20,5 milhões de dólares suplementares para Israel (Adams, 1984: 12-13).

A demonstração do reconhecimento israelita não se fez esperar. Um grupo de militares sul-africanos deslocou-se a Israel «para estudar tática e o uso de armas»; em outubro de 1967, o chefe do Estado-Maior da Força Aérea israelita, o general Mordechai Hod, formava os militares sul-africanos sobre a condução da guerra (Hunter, 1987: 25). Por fim, o Governo de Telavive começou a vender armas ao regime de Pretória, muitas delas capturadas ao inimigo durante a guerra de 1967, e explosivos potentes. O avião israelita Arava foi testado na Namíbia (Adams, 1984: 114) e, por volta de 1971, a pistola-metralhadora Uzi era já fabricada na África do Sul, sob licença belga. Mais importante ainda foi o fornecimento dos planos do caça francês Mirage III, obtidos pelo Lekem na Suíça<sup>8</sup>.

7. Foi, aliás, esta decisão do presidente francês Charles de Gaulle de anular os contratos sobre a compra de 50 aviões Mirage III que motivou os israelitas a buscar a autossuficiência no domínio dos armamentos. Em finais dos anos setenta, a indústria militar israelita supria 40% das necessidades militares do país (Hunter, 1987: 13).
8. O Lekem, acrónimo de Leshkat Keshet Madao (Gabinete das Relações Científicas), foi constituído em 1957 por Shimon Pérès. Destinado a obter informações científicas e técnicas no exterior por meios abertos ou clandestinos, o Lekem estava fundamentalmente orientado para a aquisição de tecnologias nucleares e aeronáuticas. A proeza da obtenção dos planos do Mirage III, em 1968-69, foi conseguida por intermédio de um engenheiro aeronáutico suíço, Alfred Frauenknecht, colaborador da firma Sulzer de Winterthur, encarregada de montar o aparelho francês adquirido sob licença pelo Governo de Berna. As informações assim obtidas permitiram à Israel Aircraft Industries conceber as versões israelitas do Mirage (Nesher, Barak e Kfir) (Razoux, 1999). O serviço foi oficialmente dissolvido em 1986 muito provavelmente por causa do escândalo que rebentou nos Estados Unidos na sequência da detenção de Jonathan Pollard, um agente do Naval Investigative Service americano, acusado de espionagem por conta de Israel. O Governo de Telavive declarou que a operação fora um «desvio não autorizado» da sua política de não espiar os Estados Unidos (o que é, porém, bastante improvável).



No plano político, verificou-se também uma evolução. Em 1968, Menahem Begin e outros políticos israelitas criaram a Israel-South Africa Friendship League. No ano seguinte, o antigo primeiro-ministro Ben-Gurion e o governador militar da Cisjordânia Chaim Herzog<sup>9</sup> eram recebidos na África do Sul pelo primeiro-ministro John Vorster. Apesar de tudo, as relações entre os dois países estiveram à beira da rutura em 1971, quando o Governo israelita de Golda Meir decidiu contribuir financeiramente para o Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana. Embora este não tenha aceite a oferta, as autoridades sul-africanas não autorizaram uma nova transferência de fundos judaicos (Chazan, 1983: 172). O Governo de Telavive, por sua vez, continuou a resistir às solicitações sul-africanas de elevar a sua representação diplomática na África do Sul, apesar da decisão de Pretória de abrir, finalmente, em 1972, um consulado em Israel.

### 3. A Reviravolta de 1973

A viragem definitiva da situação produzir-se-ia no seguimento da «Guerra do Yom Kippur». Entre outubro e novembro de 1973, todos os países africanos, exceto o Lesotho, o Malawi, a Suazilândia (todos na órbita sul-africana) e as Maurícias (até 1976), decidiram romper as suas relações diplomáticas com o Estado hebreu. Esta rutura era, contudo, um gesto politicamente interessado<sup>10</sup>, uma vez que os países da África Negra esperavam, em contrapartida, (1) uma compensação pela perda da ajuda israelita, (2) a não aplicação à África do aumento do preço do petróleo, decidido oficialmente como meio de pressão sobre os países desenvolvidos próximos do Governo de Telavive e (3) a afetação dos excedentes financeiros decorrentes da comercialização do petróleo (os «petrodólares») à ajuda gratuita – ou quase gratuita – aos países em vias de desenvolvimento, desprovida de qualquer «espírito colonialista» (García, 1976: 133). Os israelitas sentiram-se

---

9. Major-general na reserva desde 1962, Chaim Herzog foi também embaixador na ONU (1975-1978), deputado trabalhista no Knesset (1981-1983) e presidente da República (1983-1993).

10. Como sublinha Michael Brecher, «não havia nenhuma disposição emocional para favorecer a causa árabe: alguns africanos nunca tiveram nenhum contacto com qualquer judeu ou árabe, enquanto que aqueles que conheciam os árabes se lembravam sobretudo do comércio de escravos» (Bard, 1988).

traídos pelos africanos, muitos dos quais haviam beneficiado da sua ajuda económica e técnica.

Ao contrário da África Negra, a África do Sul veio uma vez mais em auxílio de Israel. Durante o conflito, o Governo de Pretória enviou nomeadamente aviões Mirage, pilotados por sul-africanos ávidos de experiência de combate, tendo ainda autorizado a comunidade judaica local a transferir para Israel mais de 30 milhões de dólares, bem como a partida de 1.500 voluntários (Hunter, 1987: 26).

Outras circunstâncias ainda impulsionaram os dois países à aproximação. No seguimento das transformações no equilíbrio regional provocadas pelo colapso do império colonial português, as lições da recente guerra israelo-árabe revestiam-se, na verdade, de uma importância acrescida para a África do Sul. Do lado israelita, note-se que o general Yitzhak Rabin, primeiro-ministro a partir de abril de 1974, não partilhava a circunspeção de Golda Meir em relação à África do Sul. Rabin era também mais sensível às pressões do complexo militar-industrial nacional, que via na exportação de armamentos um meio de aliviar os custos exorbitantes do desenvolvimento militar israelita<sup>11</sup>.

Em junho de 1974, a representação diplomática israelita era novamente elevada ao nível de embaixada e colocada sob a responsabilidade de Yitzhak Unna, então cônsul geral em Pretória, enquanto personalidades eminentes da vida política israelita, nomeadamente Moshe Dayan e Chaïm Herzog, mantiveram conversações com as autoridades governamentais sul-africanas (Chazan, 1983: 173).

Esta aproximação ao mais alto nível fazia-se acompanhar da vontade do Ministério da Informação sul-africano de promover o estreitamento das relações oficiais entre os dois países, vistos como os pilares do «mundo livre» em duas regiões estrategicamente vitais mas politicamente voláteis. Para além disso, o ministro Cornelius Mulder

---

11. A produção exclusivamente para o mercado interno comportava custos extremamente elevados, que só poderiam ser reduzidos através das exportações. Estando neste domínio amplamente excluído do bloco socialista, do mundo árabe e dos países da NATO, o Governo de Israel viu-se obrigado a encontrar os seus clientes nas periferias e entre os Estados «párias». Entre eles, encontravam-se a África do Sul, a Argentina, a Austrália, a Bolívia, o Brasil, os Camarões, o Chile, a China, a Colômbia, a Costa Rica, El Salvador, o Equador, a Etiópia, as Filipinas, o Gana, a Guatemala, o Haiti, as Honduras, a Indonésia, a Libéria, a Malásia, Marrocos, o México, a Nicarágua, a Nigéria, a Nova Zelândia, o Panamá, a Papuásia-Nova-Guiné, o Paraguai, o Peru, o Quénia, a República Dominicana, a Rodésia, Singapura, o Sri Lanka, a Suazilândia, Taiwan, a Tanzânia, a Tailândia, o Uganda, a Venezuela e o Zaire.

acreditava que o aprofundamento dos laços com Telavive levaria a uma melhoria das relações com os Estados Unidos. O Departamento dos Negócios Estrangeiros mostrava-se, por sua vez, mais reservado, ciente tanto das tentativas israelitas de cortejar a África Negra como do risco de estimular a hostilidade permanente dos países árabes. Por último, o primeiro-ministro Vorster temia que o seu passado nazi constituísse um poderoso obstáculo à iniciativa de aproximação. Apesar deste conjunto de reticências, o Ministério da Informação decidiu lançar a «Operação David».

Em junho de 1975, graças nomeadamente aos bons ofícios do judeu sul-africano Oscar Hurwitz, aterrava secretamente em Israel uma delegação do Ministério da Informação sul-africano, integrando o ministro Mulder, o secretário da Informação Eschel Rhoodie e o assistente deste, L.E.S. de Villiers. Os sul-africanos encontraram-se com o primeiro-ministro Rabin, com o ministro da Defesa Shimon Pérès e com seis outros membros do Governo israelita<sup>12</sup>.

O último obstáculo a uma aproximação definitiva entre Telavive e Pretória desapareceu em 10 de novembro de 1975, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas, através da resolução 3379, determinou que «sionismo é uma forma de racismo e de discriminação racial» e reafirmou a condenação, feita dois anos antes<sup>13</sup>, da «aliança ímpia entre o racismo sul-africano e o sionismo» (UN, 1975). Os países africanos e árabes alinhavam agora nas organizações internacionais e condenavam Israel ao isolamento diplomático, enquanto o apoio dos países ocidentais era cada vez mais titubeante<sup>14</sup>. Em suma, já nada impedia

- 
12. Durante os encontros, os sul-africanos solicitaram o nome de uma empresa de *lobbying*, tendo os israelitas aconselhado a firma de relações públicas nova-iorquina Sydney S. Baron. Em 1976, um fundo de 200.000 dólares de origem sul-africana foi alocado à campanha senatorial de S.I. Hayakawa, que conseguiu bater o senador democrata da Califórnia John Tunney. Em 1978, outros 250.000 dólares, da mesma fonte, foram injectados na campanha de Roger Jepson, que venceu o senador democrata do Iowa Dick Clark (Hunter, 1987: 29). O facto de Tunney e Clark terem sido os obreiros da célebre Emenda Clark, que deixou os sul-africanos sozinhos no terreno em Angola em finais de 1975 e profundamente vulneráveis ao criticismo internacional, não é seguramente pura coincidência. Note-se ainda que L.E.S. de Villiers se demitiu do Departamento da Informação em novembro de 1977, na sequência do escândalo «Muldergate», e entrou para a Sidney Baron. Veja-se ainda Marchand (1985: 82), Geldenhuys (1984: 115) e Silva (2013: 109-113; 153-156).
  13. Em 14 de dezembro de 1973 a Assembleia Geral adotara a resolução 3151, condenando «em particular, a aliança ímpia entre o colonialismo português, o racismo sul-africano e imperialismo israelita» (UN, 1973).
  14. Em 1975, a Administração Ford anunciou uma reavaliação da sua política no Médio Oriente e suspendeu a ajuda a Israel durante sete meses.

a aproximação à África do Sul, cujo custo diplomático Telavive já suportava sem, em contrapartida, recolher o grosso das vantagens (Bas & Tersen, 1987: 60). Em dezembro, o Governo sul-africano nomeava o seu primeiro embaixador em Israel, o Dr. Charles Fincham.

Em março de 1976, o ministro da Defesa Shimon Pérès deslocou-se secretamente à África do Sul e convidou John Vorster a visitar o Estado hebreu. O primeiro-ministro sul-africano chegava a Israel no mês seguinte, acompanhado por Hilgard Muller e Brand Fourie, ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, respetivamente. Curiosamente, nenhuma individualidade do Departamento da Informação integrava a delegação. «A diplomacia heterodoxa» – observou L.E.S. de Villiers – «tornou a visita possível e a diplomacia ortodoxa passou a liderar quando as trombetas soaram e as guardas de honra se chegaram à frente» (Geldenhuis, 1984: 116-117). Se a dimensão oficial e protocolar era inegavelmente importante, é também quase certo que esta fora a forma encontrada por Vorster para apaziguar o descontentamento do Departamento dos Negócios Estrangeiros, mantido completamente à parte desta notável iniciativa diplomática.

Vorster aproveitou os quatro dias da sua visita para se encontrar com o presidente Ephraim Katzir, com o primeiro-ministro Yitzhak Rabin, com o ministro dos Negócios Estrangeiros Yigal Allon e com outros dignitários israelitas. Visitou também várias instalações militares, incluindo a empresa pública Israel Aircraft Industries (IAI). A visita histórica saldou-se pela assinatura de um acordo multisectorial incidindo sobre diversas formas de incentivo ao investimento, a cooperação científica e industrial e, por último, o desenvolvimento de projetos bilaterais. Para verificar a aplicação do acordo, foi criado um comité ministerial conjunto, devendo reunir pelo menos anualmente (Husain, 1982: 70-71). Vorster referiu-se então a «cooperação entre potências intermédias» (Barber & Barratt, 1990: 237).

Israel e a África do Sul envolviam-se, assim, numa rede complexa de colaboração. Porém, Telavive continuou a negar os seus laços com Pretória e proibiu as visitas oficiais ao país do apartheid, em conformidade com a sua «diplomacia furtiva» (*backstage diplomacy*) (Dowty, 1999: 10). Neste âmbito, sublinhe-se a sua atitude relativamente ao embargo de armas decretado pelo Conselho de Segurança em novembro de 1977. Se inicialmente as autoridades israelitas se insurgiram contra a medida, o ministro dos Negócios Estrangeiros Moshe Dayan depressa

anunciou que Israel se conformaria com a decisão onusiana. O Governo israelita reiterou constantemente esta posição, garantindo às Nações Unidas que não forneceria à «África do Sul armas ou materiais relacionados de todos os tipos, incluindo a venda ou a transferência de armas e munições, de veículos ou equipamento militar» (Chazan, 1983: 187). Porém, como oportunamente sublinha Gerald Steinberg (1993), «uma vez que o embargo cobria armas mas não tecnologia, Israel, como muitos outros fornecedores, poderia ter transferido tecnologia sem realmente violar o embargo». O mesmo critério podia ser aplicado ao material paramilitar (como a eletrónica de vigilância ou a informática utilizável para fins policiais) e às licenças de fabricação, ausentes das disposições do embargo (Desouches, 1986: 509).

Esta discrição seria, todavia, abandonada após a chegada de Menahem Begin ao poder, em 1977, uma vez que o Governo do Likud, ao contrário dos trabalhistas, não alimentava nenhum tipo de preconceito em relação à cooperação com a África do Sul. Aliás, já há muito tempo que o próprio Begin defendia o aprofundamento dos laços entre Telavive e Pretória<sup>15</sup>. Logo após esta viragem, o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros Roelof *Pik Botha* visitou Israel, reafirmando o apoio incondicional de Pretória a Telavive (Chazan, 1983: 174).

Em 1978, o ministro das Finanças Simcha Ehrlich efetuava a primeira visita oficial de um membro do Governo israelita à África do Sul. Esta foi a oportunidade para tornar bem patente o valor de uma relação amistosa, tanto mais preciosa para Israel quanto surgia numa altura em que os efeitos do boicote árabe se tornavam mais pesados e em que as oportunidades de expansão comercial em direção ao Terceiro Mundo ameaçavam estreitar-se (Legum, 1982: 119)<sup>16</sup>.

Ao mesmo tempo, os sinais de cooperação diplomática foram evidentes: nas Nações Unidas, Israel deixou de participar nas votações sobre as questões relativas à África Austral, enquanto Pretória deu um passo decisivo ao transferir, em 1979, a sua embaixada de Telavive para Jerusalém (Bas & Tersen, 1987: 60). Mais ainda, estas relações estreitas eram a pouco e pouco objeto de consenso em Israel, recolhendo o

---

15. Menahem Begin já se deslocara à África do Sul em 1954 (encontrando-se com o primeiro-ministro Daniel Malan) e em 1957.

16. Este raciocínio, embora lógico, não se confirmou. Com efeito, como nota Legum (1982: 119), apesar das dificuldades diplomáticas, o comércio entre Israel e a África continuou a aumentar anualmente, em particular com mercados importantes como a Nigéria, a Costa do Marfim, o Quênia e o Zaire.

118 beneplácito dos governos trabalhistas e do Likud. Notável também foi a nomeação, em meados de 1979, de Joseph Harmelin, antigo diretor do Shin Bet<sup>17</sup>, como embaixador em Pretória (Jaster, 1985: 56). A partir de então, as trocas oficiais e oficiosas entre os dois países nunca mais cessaram de aumentar. Este aprofundamento da cooperação israelo-sul-africana iria permitir a Pretória contornar as sanções onusianas e ignorar as pressões, tanto internas como internacionais, visando provocar a reforma do regime do *apartheid*.

#### 4. A Cooperação Israelo-Sul-Africana

##### 4.1. A Cooperação Económica

Os laços económicos israelo-sul-africanos foram construídos sobre um vasto número de acordos concluídos na sequência da assinatura do pacto Rabin-Vorster em 1976, incidindo particularmente sobre o comércio e os investimentos. No âmbito das trocas comerciais, apesar da África do Sul exportar para Israel uma gama diversificada de matérias-primas e de produtos semiacabados<sup>18</sup>, o grosso do comércio assentava essencialmente em três produtos: o aço, os diamantes e o carvão. O aço representava, por si só, 40% das exportações sul-africanas. Os diamantes brutos, indispensáveis à indústria de lapidação israelita, embora adquiridos através da Central Selling Organization em Londres<sup>19</sup>, provinham principalmente da África do Sul (Chazan, 1983: 178) e representavam 1,25 milhões de dólares em 1986. Por último, a África do Sul tornar-se-ia o principal fornecedor de carvão a Israel no seguimento de um acordo de longo prazo negociado em 1979, que previa o fornecimento de um milhão de toneladas de carvão por ano, avaliadas em 23 milhões de dólares (Bas & Tersen, 1987: 60). Israel, por sua vez, exportava essencialmente produtos acabados, como *software* informático, máquinas agrícolas e de outros tipos, têxteis, produtos farmacêuticos, produtos elétricos e «produtos de segurança» (Hunter, 1987: 62). Em consequência, o volume do comércio israelo-sul-africano aumentou

17. O serviço de segurança interna e de contraespionagem israelita.

18. Nomeadamente metais vulgares, minerais, madeiras, tabaco, couros, lã, açúcar, carne congelada, conservas alimentares e casas de madeira pré-fabricadas.

19. Uma ramificação da DeBeers Consolidated Mines, controlada pela Anglo-American Corporation of South Africa da família judia Oppenheimer. Veja-se Lemarchand (1994: 93).

sensivelmente, passando de 20,9 milhões de dólares em 1970 para 197 milhões em 1980. Ao longo desse período, as exportações sul-africanas passaram de 10,2 milhões de dólares em 1970 para 117 milhões, enquanto as exportações de Israel passaram de 10,7 milhões de dólares para 80 milhões (Barber & Barratt, 1990: 237). Deve-se, no entanto, sublinhar que estes números não contemplam nem o comércio de diamantes nem o dos produtos «sensíveis», o que explica o contraste entre o medíocre montante das trocas oficiais e o dinamismo das câmaras de comércio israelo-sul-africanas em Telavive e Joanesburgo ou dos encontros anuais dos respetivos ministros das Finanças, realizados no quadro do acordo de cooperação de 1976.

O segundo grande domínio de cooperação económica contemplava as *joint-ventures* e os investimentos. O capital sul-africano foi decisivo para o estabelecimento de companhias mistas em Israel, a mais importante das quais era a Iskoor, criada pela South-African Iron and Steel Corporation (ISCOR) e pela Koor Industries. Os sul-africanos encaravam estas associações como um mecanismo de penetração nos mercados onde os seus produtos eram indesejados. Desta forma, a África do Sul exportava produtos semiacabados para Israel, onde eram montados e reexportados para os mercados europeu e americano com etiqueta «*made in Israel*» (Hunter, 1987: 63). Eles escapavam, assim, tanto às tarifas aduaneiras elevadas como ao apertado controlo imposto pela Comunidade Económica Europeia às exportações sul-africanas<sup>20</sup>. A Iskoor, por exemplo, tornou-se manifestamente o representante dos interesses da siderurgia sul-africana na Europa comunitária.

Ao nível dos investimentos, foi possível observar a participação de capitais sul-africanos em vários projetos israelitas, como a criação de um sistema hidroelétrico visando descarregar água do Mediterrâneo para o mar Morto, diversos projetos de desenvolvimento regional no deserto do Neguev, a ligação ferroviária entre Eilat e Telavive e a construção do cais de carregamento de carvão em Hadera (Chazan, 1983: 174). A produção cinematográfica, a exploração petrolífera e a aquisição de ações de companhias israelitas contam-se entre os demais setores de investimento sul-africano (Hunter, 1987: 63). A conceção deste conjunto de projetos só foi possível graças a uma autorização excecional concedida pelo Governo de Pretória aos sul-africanos que

---

20. Note-se que Israel concluiu um acordo de comércio livre com os Estados Unidos e um outro com a Comunidade Económica Europeia sobre produtos não agrícolas.

desejassem investir em projetos aprovados por Israel, o que concorreu muito particularmente para um evidente aumento da exportação de capitais provenientes da comunidade judaica. Em contrapartida, o investimento israelita na África do Sul foi sempre residual.

#### 4.2. *A Cooperação no Domínio da Defesa*

A defesa foi indubitavelmente o domínio privilegiado de cooperação entre a África do Sul e Israel. Apesar da diferença de interesses e de motivações dos dois parceiros, israelitas e sul-africanos partilhavam alguns traços comuns: ambos estavam rodeados de vizinhos hostis, induzindo-os a perceberem a sua sobrevivência como permanentemente ameaçada; ambos partilhavam o grosso da condenação e do isolamento imposto pela comunidade internacional. Por fim e não menos importante, até mesmo os seus «aliados naturais» regateavam o seu apoio nas ocasiões mais penosas. Oscilando frequentemente entre o embaraço, o comedimento, a desaprovação ou a condenação, a atitude ocidental incitou os dois Estados a agitar regularmente a ameaça de um abandono dos seus respetivos papéis de aliados estratégicos privilegiados do Ocidente e até mesmo a conceber eventuais políticas «neutralistas» (Bas & Tersen, 1987: 55)<sup>21</sup>.

A cooperação militar israelo-sul-africana resultou, no fim de contas, de preocupações geopolíticas, de interesses estratégicos e de uma aversão comum à expansão soviética no Médio Oriente e na África Austral, respetivamente. Esta colaboração, que teve a sua origem, lembre-se, no apoio sul-africano a Telavive durante a «Guerra dos Seis Dias», nunca cessou completamente, apesar dos inúmeros obstáculos de natureza vária que a dificultavam.

##### 4.2.1. *Os armamentos*

Embora Telavive já tivesse vendido no passado equipamentos militares à África do Sul e comprado a esta carros de combate Chieftain, foi o pacto Rabin-Vorster de 1976 que verdadeiramente lançou o comércio sistemático de armas entre os dois países. O Governo de Pretória aumentou desde então drasticamente as suas importações de material

21. Recorde-se que Israel nunca renunciou a restabelecer com a União Soviética as relações diplomáticas rompidas em 1967; por outro lado, a «Estratégia Nacional Total», adotada por Pretória em 1979, afirmava a neutralidade sul-africana relativamente ao conflito Leste-Oeste (veja-se Silva, 2013: 156-161).



militar israelita, incidindo nomeadamente sobre morteiros, equipamentos eletrónicos de vigilância, sistemas de radar, sistemas de alerta antiguerrilha, dispositivos de visão noturna, equipamentos tecnologicamente avançados para helicópteros, numerosas peças de artilharia de origem soviética, três patrulhas lança-mísseis Saar-4 Reshef (Chant, 1996b: 109-110) e seis patrulhas Dabur, todos eles equipados com mísseis mar-mar Gabriel (Chant, 1996a: 111-112). Acredita-se também que a África do Sul tenha adquirido mísseis ar-ar Shafrir (orientados por radiação infravermelha) por volta de 1978.

À medida que aumentava a pressão exercida pela comunidade internacional sobre os países ocidentais, Israel empenhou-se em servir de intermediário entre estes últimos e Pretória. Neste domínio, mencione-se o carregamento de canhões navais italianos Oto Melara, que os sul-africanos montaram nos patrulhas lança-mísseis Saar-4 Reshef.

Apesar da escassez de informações militares, em consequência do embargo obrigatório das armas com destino à África do Sul decretado pela ONU em 1977, é sabido que os sul-africanos adquiriram regularmente a Israel barreiras de «segurança» eletrónica, nomeadamente aparelhos micro-ondas e infravermelhos. O regime de Pretória conseguiu, assim, estabelecer um sistema de alerta – batizado «anel de aço» – ao longo das suas fronteiras, as quais, para além disso, estavam «crivadas de minas antipessoais fabricadas em Israel» (Hunter, 1987: 41). O Governo de Telavive forneceu também UAVs<sup>22</sup> à África do Sul, um dos quais foi abatido sobre Maputo, em 1983.

Em 1979, Washington autorizava Israel a afetar 107 milhões de dólares da ajuda militar americana ao desenvolvimento do carro de combate Merkava. No quadro deste projeto, a África do Sul forneceu aos israelitas um aço particularmente raro, permitindo-lhes o aperfeiçoamento da blindagem (Bas & Tersen, 1987: 61). Em contrapartida, Israel comprometeu-se a recuperar e a atualizar 150 carros de combate Centurion do exército sul-africano (Chazan, 1983: 186). Por fim, em finais de 1986, dois Boeing 707 fizeram a sua aparição nos céus

22. Os UAVs (*Unmanned Aerial Vehicle*) são pequenos aviões não tripulados utilizados em missões de reconhecimento sempre que se revela demasiado arriscado envolver aeronaves tripuladas. Os israelitas utilizaram UAVs de origem americana na «Guerra do Yom Kippur». Após o conflito, desenvolveram uma nova série de UAVs, mais eficazes, dispondo de capacidade de transmissão de informações em tempo real. Estes foram utilizados com sucesso durante a «Operação Paz na Galileia», em junho de 1982, para assinalar a posição das baterias sírias de mísseis SAM-6 deslocados para o vale de Bekaa (Razoux, 1999).

sul-africanos. Convertidos, pelos bons ofícios de Israel, em aviões de abastecimento em voo e em estações aéreas de guerra eletrónica<sup>23</sup>, os dois aparelhos intensificaram substancialmente o poder aéreo sul-africano (Barber & Barratt, 1990: 238).

A cooperação entre as duas capitais confrontou-se, todavia, com obstáculos exteriores em matéria de aviação e dos submarinos. Relativamente ao primeiro domínio, Israel acreditou em finais dos anos setenta que necessitava de um avião destinado a substituir nomeadamente os A-4 Skyhawk. Em fevereiro de 1980, o Governo israelita tornava público o projeto nacional relativo ao desenvolvimento e à construção de um novo avião, o Lavi. Washington apoiou o projeto e aceitou a afetação dos recursos financeiros disponibilizados no âmbito da assistência militar à aquisição de peças americanas para o avião. A outra parte do financiamento devia provir da África do Sul, igualmente interessada no projeto. Em 1982, por pressão da força aérea, o projeto inicial evoluiu para a construção de um caça-bombardeiro de alta performance. O Governo autorizou a alteração, ainda que esta implicasse a duplicação do orçamento<sup>24</sup>. O problema foi, contudo, rapidamente superado, uma vez que a Administração Reagan aceitou financiar o novo projeto.

Importa introduzir aqui um dado importante de natureza política. Se o contributo tecnológico e o financiamento eram americanos, o Lavi não deixava de ser um projeto totalmente israelita. O avião não integrava, com efeito, qualquer peça americana, o que impediria Washington de opor o seu veto à exportação do novo aparelho<sup>25</sup>. Apesar das garantias israelitas quanto à utilização exclusiva do avião pela força aérea nacional, o *Washington Post* revelava que um documento da IAI, datado do início dos anos oitenta, previa a venda do aparelho a países do Terceiro Mundo, um dos quais seria naturalmente a África do Sul. Também Moshe Keret, o diretor da IAI, aludiu, em 1987, à eventual introdução de uma «versão simplificada» do avião, destinada ao mercado mundial (DeLoughry, 1990).

23. Sistemas eletrónicos do IAI Phalcon foram instalados nos Boeing 707 sul-africanos (Rendall, 1996: 141).

24. Entre as duas versões, os custos de desenvolvimento passaram de 750 milhões para 1,5 biliões de dólares, enquanto o preço final de cada avião passou de 7 milhões para 15,5 milhões de dólares (DeLoughry, 1990).

25. Washington vetou nomeadamente a venda de doze caças Kfir ao Uruguai em 1978, com base no facto desses aviões estarem equipados com motores General Electric J79-J1E.

O projeto do Lavi estava, no entanto, condenado, tendo as pressões com vista ao seu abandono aumentado tanto nos Estados Unidos como em Israel, levando o Governo de Telavive a decidir nesse sentido em 30 de agosto de 1987. Em Israel, as censuras emanavam do exército e da força aérea, que viam a maior parte do orçamento da defesa ser consumida por um projeto de avião, ainda bastante longe da sua concretização. Nos Estados Unidos, onde as mais duras críticas provinham do Departamento de Estado e do Pentágono, um primeiro aspeto do debate incidiu sobre a transferência de tecnologia, sendo o Pentágono bem sucedido no seu desígnio de impedir a concessão de licenças nos setores mais sensíveis. Também as empresas americanas interessadas, em particular a Northrop Corporation e a General Electric, expuseram o seu ponto de vista: por um lado, as inovações que tinham desenvolvido corriam o risco de ser utilizadas por Israel sem contrapartida apropriada e, por outro, a Administração tinha imprudentemente aceite financiar um projeto que iria competir com aviões americanos no mercado mundial; duas fortes razões para esquecer o projeto em questão. Apesar do fracasso da iniciativa, os israelitas tiveram acesso à mais moderna tecnologia aeronáutica americana (motores derivados, materiais compósitos e aviónicos), bem como à tecnologia aeroespacial (computadores extremamente sofisticados, suscetíveis de outras utilizações).

O desígnio israelo-sul-africano de construir submarinos deparou-se também com enormes dificuldades. Com efeito, a África do Sul projetava a construção de submarinos em cooperação com o Chile. Telavive negociava, por sua vez, com os Estados Unidos o financiamento de um submarino de conceção israelo-alemã, enquanto um estaleiro naval estatal alemão-ocidental vendia planos de submarinos à África do Sul (Hunter, 1987: 43; Simpson, 1989: 230). Esta rede muito complexa de participantes e de relações não podia deixar de conduzir o empreendimento ao fracasso.

A colaboração militar permitiu ainda à África do Sul fabricar armamentos israelitas sob licença. Neste âmbito, citem-se nomeadamente a famosa pistola-metralhadora Uzi<sup>26</sup> e a espingarda de assalto Galil<sup>27</sup>.

26. A versão sul-africana era a Vektor Uzi, produzida pela Lyttleton Engineering Works, que estaria na origem da DLS (Denel Land Systems).

27. A Vektor R4 era fabricada pela DLS sob licença da IMI – Israel Military Industries Ltd, Small Arms Division (recentemente privatizada adotando o nome IWI – Israel Weapon Industries, pertence agora ao dono da Israel Shipyards, o fabricante dos patrulhas lança-mísseis Saar-4 Reshef) ao abrigo do acordo de cooperação entre Israel e África do Sul. O mais recente projeto da DLS, a CR21, a nova arma para o século XXI, é também um clone da israelita Tavor 21.

No domínio naval, sublinhe-se a construção dos patrulhas Dabur, de nove patrulhas lança-mísseis Saar-4 Reshef (designação sul-africana Minister) e da produção dos mísseis Gabriel (Skerpioen). Através destas licenças, os israelitas contribuíram de forma decisiva para o estabelecimento da indústria militar sul-africana. O estaleiro naval de Haifa, por seu turno, ajudou a África do Sul a desenvolver uma verdadeira indústria naval, fornecendo pessoal ao estaleiro naval Sandock-Austral (Durban) e aconselhamento na organização de uma linha de produção eficaz (Adams, 1984: 123).

A África do Sul passou a conseguir fabricar uma gama de sistemas de comunicações militares (Adams, 1984: 112-113), utilizados pelos militares e pela polícia. Esta proeza foi alcançada graças à colaboração das principais empresas israelitas do setor da eletrónica, a saber, a Israel Aircraft Industries (IAI), a Elbit e a Tadiran Electronic Industries<sup>28</sup>. Por fim, a partir de 1981, a pedido do Governo de Pretória, Israel fez deslocar para a África do Sul um número maciço de engenheiros e de especialistas em eletrónica e em informática<sup>29</sup>.

Foi também graças aos israelitas que os sul-africanos obtiveram o obus de 155mm da Space Research Corporation (SRC), então considerado como a peça de artilharia de longo alcance mais eficaz do mundo. Após uma diligência abortada visando a compra dos direitos de produção do obus, Israel serviu de «utilizador final» oficial nos documentos americanos acompanhando os engenhos convencionais fabricados nos Estados Unidos e no Canadá. Os planos e as máquinas-ferramentas necessárias à produção do obus SRC foram de seguida transferidos para a África do Sul, que depressa passou à produção e comercialização deste material sob a designação G5 e G6<sup>30</sup>. Concebido inicialmente para lançar satélites, o obus em questão podia também lançar engenhos nucleares miniaturizados.

---

28. A Israel Aircraft Industries (IAI) fabricava nomeadamente os mísseis Gabriel, os patrulhas Dabur e os aviões Kfir e Arava. A empresa continuou a especializar-se na revisão e na atualização de toda a gama de aviões da força aérea israelita. A Elbit liderava no domínio dos sistemas eletrónicos de defesa. A sua subsidiária Tadiran Electronic Industries ocupava-se das comunicações, da guerra eletrónica e dos sistemas de comando e de controlo.

29. Acredita-se que a maioria dos 20.000 israelitas vivendo na África do Sul em 1985 (5.000 em 1978) estavam implicados nos setores militar e da alta tecnologia (Hunter, 1987: 47).

30. O G-6 é a versão autopropulsada do G-5. Veja-se Foss (1996: 446-447) e Chant (1996a: 35-36).

Por fim, em 1986, o presidente P.W. Botha desvendava ao mundo a existência do novo avião de combate Atlas Cheetah. Esta façanha da indústria militar sul-africana não deixava, contudo, de ser consequência da colaboração com a IAI. Com efeito, nenhuma das versões do avião era verdadeiramente original<sup>31</sup>. Os aviônicos e outros equipamentos tecnológicos eram emprestados do Kfir<sup>32</sup>, sendo também quase certo que os israelitas contribuíram para o desenvolvimento do motor. Havia, apesar de tudo, algo de sul-africano em tudo isto já que, quando o ministro da Defesa Ezer Weizmann se deslocou à África do Sul em março de 1980, os sul-africanos haviam-se comprometido a financiar o desenvolvimento do Kfir e uma grande parte da tecnologia introduzida no Cheetah resultou dessas pesquisas.

Após uma década de cooperação militar com a Israel, e contando para o efeito com a colaboração de empresas multinacionais (Simpson, 1989: 224-228), a África do Sul adquirira a capacidade de produzir toda a espécie de equipamentos avançados (veja-se Heitman, 1985), uma realidade que mereceu o seguinte comentário do Governo de Pretória: «O embargo de armas conseguiu o oposto do que estava destinado a alcançar. Nas duas últimas décadas, o país construiu a décima maior indústria de armas do mundo e esta proeza foi a resposta direta da desorientada tentativa de isolar a África do Sul e torná-la mais vulnerável às pressões externas» (Hunter, 1987: 1-2).

#### 4.2.2. *As operações militares e a contrainsurreição*

A cooperação entre as forças armadas dos dois países foi particularmente ativa, tendo a África do Sul acolhido permanentemente elementos do exército, da marinha e da força aérea de Israel, especialistas em segurança fronteiriça e em contraespionagem, bem como cientistas ligados à defesa. Por outro lado, várias centenas de sul-africanos deslocaram-se a Israel para se familiarizar com diversos sistemas de armas e se aperfeiçoar em estratégia militar, particularmente em guerra contrainsurrecional (Adams, 1984: 80). Este facto explica a existência de paralelismos estratégicos e táticos entre os dois países, uma realidade que os próprios sul-africanos vieram a reconhecer publicamente.

31. O Cheetah D derivava do Mirage IIIDZ, o Cheetah E do Mirage IIIEZ e o Cheetah C do Kfir C-2 (Rendall, 1996: 12).

32. Por exemplo, o trem de aterragem e o radar ELTA EL2032M (Rendall, 1996: 12).

Desde logo, ressalta a semelhança entre o ataque aéreo sul-africano de 23 de maio de 1983 contra a cidade moçambicana da Matola («Operação Skerwe») e o ataque israelita a Beirute no verão precedente («Operação Paz na Galileia»). Pretória reconheceu também que os ataques ao Botswana, à Zâmbia e ao Zimbábue em maio de 1986, por ocasião da visita do «Grupo de Pessoas Eminentes da Commonwealth» à África Austral, se haviam inspirado no ataque israelita contra o quartel-general da Organização de Libertação da Palestina, situado nos subúrbios de Tunis (outubro de 1985). O ataque americano à Líbia (abril de 1986) servira igualmente de modelo (Hunter, 1987: 57-58). Estas declarações suscitaram tanto menos surpresa quanto os adidos militares israelitas e sul-africanos partilhavam frequentemente as suas experiências no domínio da tática contrainsurrecional. O interesse sul-africano pela experiência israelita no âmbito da contrainsurreição interna era, aliás, anterior a 1976.

Encontram-se também semelhanças de linguagem e de ação em matéria de punição infligida aos adversários, com especial destaque para o bombardeamento das «bases ou focos terroristas». Em janeiro de 1986, a cadeia de rádio governamental sul-africana SABC fazia referência à «presença maligna do terrorismo» nos países vizinhos, para a qual só havia «uma resposta agora, que é a resposta israelita», ou seja, «atacar os terroristas onde quer que existam» (Hunter, 1987: 58). Refira-se, por último, que a África do Sul adotou as doutrinas israelitas de «intervenção preventiva»<sup>33</sup> e de *hot pursuit*<sup>34</sup>.

No plano da repressão interna, as forças sul-africanas utilizaram frequentemente gás lacrimogéneo, em conformidade também com a experiência israelita. Durante mais de uma década, peritos israelitas estiveram também permanentemente presentes ao longo das frontei-

33. A «doutrina de intervenção preventiva» tende a justificar uma qualquer intervenção realizada no exterior com base na perceção de que o Estado se encontra numa situação de cerco; nesta ótica, qualquer ação preventiva torna-se um ato de legítima defesa (Grundy, 1988: 104).

34. *Hot pursuit*, de acordo com Nicholas Poulantzas, é «o direito de um Estado perseguir quem tenha cometido uma violação das regras vigentes no seu território para lá das suas águas territoriais e áreas do Alto-Mar em relação às quais possua jurisdição, fazendo-o no Alto-Mar e, caso exista acordo entre os Estados, nas águas territoriais de um Estado terceiro, desde que a perseguição se inicie imediatamente após a violação e continue sem interrupção» (Silveira, 2001: 86). Sublinhe-se que o princípio de *hot pursuit* é exclusivamente consignado no estrito domínio do Direito do Mar. Contudo, dois países adaptaram-no – e adotaram-no – ao quadro das operações terrestres: a África do Sul e Israel. Veja-se também Bas & Tersen (1987: 33).

ras da África do Sul, disponibilizando os seus conhecimentos no domínio do controlo da infiltração fronteiriça aos militares sul-africanos (Adams, 1984: 93). No fim dos anos setenta, soldados israelitas foram mesmo referenciados na Namíbia, onde operavam contra as forças da South West Africa People's Organization (SWAPO), igualmente submetidas à pressão militar de Pretória (Hunter, 1987: 56).

No fim de 1981, Ariel Sharon, então ministro da Defesa, esteve durante dez dias na fronteira angolo-namibiana, ao lado das forças sul-africanas. Pouco depois, nos Estados Unidos, comentando a situação sul-africana na presença de analistas militares americanos e da OTAN, o ministro israelita declarou que a África do Sul era um dos raros Estados da África que tentava resistir à penetração militar soviética, acrescentando que Pretória precisava de mais armas modernas para concretizar esse objetivo (Middleton, 1981).

Israel teve também oportunidade de ser associado à luta de certos movimentos rebeldes operando na África Austral. Em 1983, o Governo de Angola reconhecia que especialistas militares israelitas treinavam na Namíbia as forças da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Nesse mesmo ano, o presidente angolano José Eduardo dos Santos anunciou que um piloto israelita fora abatido no decurso de um ataque sul-africano, tendo ainda apresentado fotos de armas israelitas capturadas. Em 1984, o *Financial Times* (Londres) relatava o «apoio conjunto israelo-sul-africano às forças da UNITA», enquanto outras fontes davam conta da transferência de armas e o apoio financeiro de Israel ao movimento de Jonas Savimbi. Em finais de 1986, relatórios dos serviços secretos sul-africanos salientavam a óbvia melhoria tática da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) em Moçambique, atribuindo-a à ação dos instrutores israelitas (Hunter, 1987: 59-60). Embora a fidedignidade das fontes destas informações possa ser evidentemente questionada, não é menos verdade, como nota Naomi Chazan (1983: 187), que se as informações nunca foram confirmadas... elas também nunca foram desmentidas.

#### 4.2.3. O nuclear

O Estado de Israel esforçou-se, desde a sua criação, por ter acesso ao nuclear, uma ambição decorre de vários fatores: em primeiro lugar, a ideia de cerco permanente e, portanto, de ameaça perpétua à

sobrevivência do Estado; depois, o desejo de desenvolver uma força de dissuasão credível relativamente aos seus vizinhos e, por último, a redução, através do nuclear, do pesado fardo que os armamentos convencionais representavam.

O programa nuclear israelita remonta ao fim dos anos cinquenta, quando a França construiu um reator em Dimona, no deserto do Né-guev, reator esse que comportava também instalações para o fabrico de componentes de uma bomba atómica. Em meados dos anos setenta, Israel preparava-se para construir uma unidade adjacente para a extração de lítio 6, de trítio e de deutério, materiais necessários à produção de armas termonucleares sofisticadas. Após 1984, Israel opera uma unidade de extração de plutónio num *bunker* subterrâneo secreto em Dimona<sup>35</sup>.

Uma vez adquirida a capacidade para produzir armamentos nucleares sofisticados, o Governo israelita tinha necessidade de testar o desempenho, a força de explosão e as poeiras radioativas dos engenhos. Neste quadro, a África do Sul era um parceiro privilegiado em virtude do seu vasto território, da proximidade de vastos espaços ainda desabitados (o Atlântico Sul e o Índico) e das suas reservas de urânio<sup>36</sup>. Foi seguramente este conjunto de condições que levou Israel a aceitar as consequências nefastas inerentes a uma relação com o país do *apartheid*.

O interesse sul-africano pelo nuclear, por sua vez, data de 1948 e manifestou-se pela criação do Atomic Energy Board (AEB)<sup>37</sup>. Após anos de colaboração informal<sup>38</sup>, Washington e Pretória assinaram, em julho de 1957, um acordo de cooperação nuclear, no seguimento do qual foi construído em Pelindaba, em 1961, um primeiro reator de pesquisa (Safari I). Este envolvia tecnologia americana e beneficiou seguidamente da assistência alemã, francesa, britânica, belga e italiana. Em 1967, os próprios sul-africanos construíram um novo reator de pesquisa

---

35. Sobre o programa nuclear israelita, veja-se nomeadamente Steinberg (1993), Farr (1999), Stevens (1995) e Steinbach (2002).

36. A maior mina de urânio do mundo, localizada em Rössing, na Namíbia, explorada desde 1976, produzia anualmente 5.000 toneladas de urânio óxido.

37. Sobre o programa nuclear sul-africano, veja-se Albright (1994a), Albright (1994b), Albright & Gay (1997), Albright & Hibbs (1993), Albright & Zamora (1991), Beri (1998), Duvenhage (2000); Harris, Hatang & Liberman (2004), Horton (1999), Kaku (1992), Stumpf (1995) e Villiers, Jardine & Reiss (1993).

38. A cooperação nuclear entre os dois países começou nos últimos tempos da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos procuravam urânio para o «Projeto Manhattan» (Pabian, 1995).



(Safari II)<sup>39</sup>. Em 1968, durante uma deslocação à África do Sul, o israelita Ernst David Bergmann<sup>40</sup> declarou-se abertamente favorável ao aprofundamento da cooperação bilateral para o desenvolvimento da tecnologia nuclear (Hunter, 1987: 35)<sup>41</sup>.

Em 1967, a África do Sul começou a interessar-se pelo enriquecimento do urânio. A ajuda veio da Alemanha Federal. Em 1969, quatro sul-africanos formavam-se em Karlsruhe no processo Becker de enriquecimento do urânio (veja-se Husain, 1982: 60), enquanto era criada, em novembro de 1970, a Uranium Enrichment Corporation (UCOR) para supervisionar a implementação do programa. Em 1974 era construída uma unidade experimental em Valindaba<sup>42</sup>, com a colaboração de uma empresa alemã controlada pelo Estado, a Steinkohlen Elektrizitäts AG (STEAG)<sup>43</sup>. Quando a STEAG anulou o contrato em 1976, a licença da tecnologia de enriquecimento já havia sido concedida à África do Sul. Em 1978, graças à ajuda da British Atomic Energy Authority, foi construída em Pelindaba uma unidade para fabricar urânio hexafluorídrico, necessário ao processo de enriquecimento (Husain, 1982: 60).

Por fim, em 5 de agosto de 1976, a South African Energy Supply Commission (ESCOM) assinava com um consórcio francês um contrato de 6 bilhões de francos franceses cobrindo a construção de uma

39. A unidade foi desativada em 1970 devido a problemas de ordem técnica.

40. Ernst David Bergmann era diretor da Israeli Atomic Energy Commission (criada secretamente em 1952) e o fundador dos esforços israelitas visando o desenvolvimento de armamentos nucleares. Como amigo e conselheiro do primeiro-ministro David Ben-Gurion, Bergmann sustentou que a energia nuclear podia compensar a falta de recursos naturais do país e a escassez de efetivos (Farr, 1999).

41. Com efeito, os primeiros passos nas relações nucleares entre os dois países já haviam sido dados. Em 1963, a África do Sul fornecera dez toneladas de urânio a Israel e, em 1965, os israelitas começaram a prestar aconselhamento técnico aos sul-africanos no âmbito de Safari II (Adams, 1984: 170).

42. A unidade seria desativada em agosto de 1979.

43. A este propósito, e na sequência das reações negativas que este assunto suscitou em todo o mundo, o maior quotidiano alemão, o *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, publicou o comentário seguinte: «Há algo de repreensível na venda de um reator nuclear à África do Sul? Seguramente que não. Comércio e política são duas coisas bem distintas. A República Federal da Alemanha faria bem em se ater a este princípio quando estão em jogo dos interesses de uma empresa em que o Estado tem uma participação. (...) A África do Sul é também de uma grande importância para nós enquanto fornecedora de matérias-primas. É do interesse da Alemanha assegurar que nada venha perturbar as nossas relações tão diversificadas com a África do Sul» (Paraíso, 1995: 36). Refira-se que o hebdomadário liberal *Die Zeit* veiculava a mesma opinião.

central nuclear com dois reatores em Koeberg<sup>44</sup>. No plano governamental, Pretória e Paris assinavam em 15 de outubro um acordo bilateral, formalizando as negociações de Koeberg. O primeiro reator tornou-se operacional em 17 de abril de 1984, sendo o segundo ligado à rede elétrica sul-africana em 25 de julho de 1985 (Desouches, 1986: 509). Já a assistência técnica e o combustível provieram de uma multiplicidade de fontes<sup>45</sup>. Em 1982, a fim de coordenar mais eficazmente o programa nuclear, o Governo sul-africano decidiu fundir a UCOR e a AEB e criar a Atomic Energy Corporation.

Ao contrário de Israel, as autoridades de Pretória declararam-se sempre mais interessadas nas aplicações pacíficas do nuclear. Foi somente em meados dos anos setenta que os sul-africanos começaram a refletir sobre a utilização do nuclear para fins militares, em grande medida devido à convergência de contrangimentos internacionais e regionais, vistos como ameaçadores da segurança do país<sup>46</sup>. Coube ao primeiro-ministro John Vorster abrir o debate, em 1977.

Em outubro de 1978, P.W. Botha decidiu criar um «Comité de Ação» que, em julho do ano seguinte, aconselhou a produção de sete armas nucleares. O discurso oficial rapidamente passou a refletir esta evolução. Em 1978, o primeiro-ministro John Vorster declarava: «Só estamos interessados nas aplicações pacíficas da energia nuclear. Mas pode-se enriquecer urânio e nós temos capacidade para o fazer. E não assinamos o Tratado de Não-Proliferação nuclear» (Spence, 1981: 443). Em 1977, era a vez do ministro da Informação Cornelius Mulder declarar: «Se formos atacados, nenhuma regra será aplicada se a nossa existência estiver em questão. Usaremos todos os meios à nossa disposição quaisquer que eles sejam» (Spence, 1981: 442). Em 1979, coube,

44. O consórcio em questão integrava a Framatome, a Alsthom e a Spie Batignole. A decisão final constituiu uma surpresa atendendo à pré-seleção inicial de um consórcio integrando interesses americanos, holandeses e suíços. Este acabou por ser excluído devido a preocupações suscitadas pela emergência, nos Estados Unidos e na Holanda, de controvérsias em torno deste contrato (Bach, 1990: 200).

45. Nomeadamente a Kaiseraugst (uma *joint-venture* entre a França, a Suíça e a Alemanha Federal), a Syntom (Bélgica) e a Westinghouse Corporation (Estados Unidos).

46. Citem-se nomeadamente as independências de Angola e de Moçambique, novos Estados marxistas-leninistas; o aumento da atividade nacionalista negra na Rodésia e na Namíbia; a forte presença soviética e cubana na região; a denúncia pela Grã-Bretanha do acordo de Simonstown (1975); o abandono americano do teatro angolano (1975); a decretação pelo Conselho de Segurança da ONU do embargo obrigatório de armas (1977); a redução drástica do fornecimento de armamentos convencionais que se seguiu e, por último, o aprofundamento do isolamento pelo Ocidente.

enfim, ao novo primeiro-ministro P.W. Botha afirmar que «temos armas militares sobre as quais [os nossos inimigos] nada sabem» (Hunter, 1987: 34). Estas declarações oficiais exprimem notavelmente as verdadeiras intenções dos sul-africanos no domínio nuclear. Com efeito, elas esclarecem a «estratégia da incerteza» formulada por Pretória, que comportava três fases. Na primeira fase, a da «incerteza» propriamente dita, a capacidade nuclear do país não seria nem reconhecida nem negada. Em caso de ameaça militar, passar-se-ia à segunda fase, no decurso da qual o Governo reconheceria secretamente a existência das suas armas nucleares junto das principais potências ocidentais, em particular dos Estados Unidos. Se os aliados ocidentais fossem levados a não fornecer a sua ajuda contra o ataque militar, o Governo passaria à terceira fase, na qual a capacidade nuclear seria então publicamente revelada ou, em caso de necessidade, demonstrada através de um ensaio subterrâneo (Beri, 1998).

Atendendo às circunstâncias e às eventuais repercussões internacionais de toda a natureza suscetíveis de resultar de uma tal ação, o Governo sul-africano acreditava que o Ocidente nunca quereria correr o risco da passagem à terceira fase. Em suma, o objetivo de Pretória seria concretizado sem para tanto ter necessidade de passar o «teste da verdade». Esta estratégia mais não era, em última análise, que um *bluff* político destinado a forçar, através de chantagem, os Estados Unidos e/ou outras potências ocidentais a vir em auxílio da África do Sul em caso de um ataque convencional maciço desencadeado por forças militares pró-soviéticas então presentes na África Austral (Pabian, 1995; Albright, 1994a). Porém, a revelação ou a demonstração da capacidade nuclear sul-africana corria tanto o risco de aprofundar o isolamento do país junto das democracias ocidentais e da África como de consolidar a presença soviética na região (Jaster, 1985: 81).

A credibilidade da estratégia sul-africana de dissuasão repousava, pois, sobre a existência de um programa nuclear, o acesso à tecnologia necessária à sua concretização e, por último, a posse de vetores, com vasto conjunto de condições que, aparentemente, a África do Sul cumpria. Contudo, para obter os resultados esperados, a «estratégia da incerteza» requeria o maior dos segredos e, por isso, o programa não podia depender da assistência de potências suscetíveis de exercer chantagem. Nestas condições, os israelitas surgiam como o parceiro ideal: dispunham da tecnologia e procuravam, tal como os

sul-africanos, manter o seu programa nuclear fora do controlo dos aliados ocidentais, o que, por si só, constituía de certa forma uma garantia do seu silêncio. Este facto explica também por que razão o Governo sul-africano contratou técnicos israelitas para «aconselhamento» «sobre os aspetos de segurança» dos reatores da central nuclear de Koeberg, no preciso momento em que o consórcio francês ainda procedia à sua construção (Hunter, 1987: 38).

Tendo em consideração o que precede e as perspetivas razoáveis em matéria de risco de levantamento interno, apoiado muito provavelmente pelos países vizinhos, o regime de Pretória estava muito mais interessado na dimensão convencional das armas e da tecnologia militar de Israel<sup>47</sup>. O facto é que, em 6 de agosto de 1977, os soviéticos informavam o presidente americano e, depois, a França, o Reino Unido e a Alemanha Federal, que o satélite *Cosmos* detetara sinais inequívocos de preparação de um ensaio nuclear no deserto do Kalahari. Em 23 de agosto, o presidente Carter anunciou que o seu homólogo sul-africano John Vorster lhe garantira que a África do Sul não tinha qualquer intenção de desenvolver dispositivos nucleares e que o sítio no Kalahari não se destinava a ensaios nucleares (Jaster, 1985: 81). Ora, em 22 de setembro de 1979, o novo satélite-espião americano *Vela*<sup>48</sup> registava o «duplo *flash*» característico das detonações nucleares. Também a Central Intelligence Agency comunicou ao National Security Council a explosão de uma bomba de duas a três quilotoneladas, no quadro de um «ensaio conjunto israelo-sul-africano», acrescentando que navios sul-africanos tinham conduzido manobras encobertas no local exato do ensaio (Hunter, 1987: 36)<sup>49</sup>. Pouco depois, o ministro da Defesa israelita Ezer Weizmann e o coronel Amos Horey, um físico nuclear trabalhando por conta das forças armadas, encontraram-se na África do Sul com o Dr. Abraham Rouse, diretor do South Africa's Atomic Energy Board (Husain, 1982: 59).

Apesar deste conjunto de indícios, não foi notada qualquer reação imediata de Washington. Só em 25 de outubro, na sequência de uma notícia emitida pela cadeia de televisão ABC, o Departamento de Estado

47. De facto, em 1989, a África do Sul dispunha apenas de seis dispositivos nucleares completamente montados (Villiers, Jardine & Reiss, 1993: 103).

48. Nos anos 70, os Estados Unidos lançaram o satélite *Vela* com o objetivo específico de detetar detonações clandestinas de engenhos nucleares em todo o mundo (Kaku, 1992).

49. Para pormenores sobre o ensaio, veja-se Albright & Gay (1997).

comentou o assunto, o que fez nos seguintes termos: «Não temos provas corroborando a ocorrência de uma explosão nuclear; mas também não temos provas corroborando nenhuma outra explicação» (Chazan, 1983: 189). A Administração Carter não queria manifestamente tornar pública uma matéria extremamente sensível que, em virtude da sua natureza e dos seus protagonistas, corria o risco de ter consequências imprevisíveis. Com efeito, a Conferência de Lancaster House sobre o futuro da Rodésia acabava de iniciar os seus trabalhos e o seu sucesso dependia em larga medida da colaboração de Pretória. Por outro lado, o acordo israelo-egípcio assinado seis meses antes poderia ser perturbado, enquanto que, nos Estados Unidos, Carter tinha ainda boas razões para temer dificuldades em recolher os votos judeus nas próximas eleições primárias do Partido Democrata contra o senador Edward Kennedy (Hunter, 1987: 37). Por último, as boas relações entre os Estados Unidos e os seus aliados sul-africano e israelita degradar-se-iam seguramente porque, segundo as leis americanas sobre a não-proliferação nuclear e a Emenda Symington, adotada em 1976, os Estados Unidos eram obrigados a cessar completamente a colaboração nuclear e a ajuda exterior com qualquer país que detonasse explosões nucleares à revelia das disposições e das garantias do Tratado de Não-Proliferação (Husain, 1982: 59). Um cenário tanto mais politicamente intolerável quanto a África do Sul e Israel eram os pilares da estratégia americana em duas zonas particularmente sensíveis, a África Austral e o Médio Oriente. Não obstante, um segundo ensaio foi referenciado na mesma zona, em dezembro de 1980 (Hunter, 1987: 38).

A relação militar israelo-sul-africana tornou-se uma preocupação para o Governo de Telavive na altura em que o presidente americano Ronald Reagan se preparava para apresentar ao Congresso, em 1 de abril de 1987, o relatório sobre as transações militares dos aliados dos Estados Unidos com a África do Sul. Este relatório fora solicitado ao abrigo de uma providência prevista numa emenda ao Comprehensive Anti-Apartheid Act, de 1986, cuja secção 508 obrigava o presidente a encomendar um estudo sobre as possíveis violações do embargo internacional sobre a transferência de armas e de tecnologia militar para a África do Sul. O presidente era de seguida chamado a submeter ao Congresso um relatório contendo uma avaliação detalhada das relações de toda a natureza mantidas pelas democracias industrializadas com o regime de Pretória, tendo em vista pôr termo à assistência militar dos

134 Estados Unidos aos países eventualmente implicados (Hunter, 1987: 50).

O Congresso, a Casa Branca e sobretudo Israel acabaram por se ver confrontados com uma responsabilidade que nenhum deles desejava assumir. Após ter inicialmente feito saber que a denúncia precipitada dos contratos com a África do Sul custaria 500 milhões de dólares e muitos milhões suplementares em eventuais processos e indemnizações, o Governo de Telavive apresentou, em 19 de março de 1987, por intermédio do seu ministro dos Negócios Estrangeiros Shimon Pérès, um plano para fazer convergir a posição israelita com a política sul-africana dos Estados Unidos e da Europa comunitária. Tratava-se de proibir novas vendas de armamentos, de reduzir os laços nos domínios cultural e do turismo, bem como de implementar em Israel programas de educação para estudantes sul-africanos não-brancos. Pérès condenou também o *apartheid*, apresentado como «uma política totalmente rejeitada por todos os seres humanos» (Metz, 1988) e anunciou a nomeação dos membros de um comité oficial criado para estabelecer uma lista detalhada de eventuais sanções económicas a impor contra Pretória. Em 16 de setembro de 1987, as autoridades judaicas decidiam limitar as suas trocas comerciais, culturais, desportivas e científicas com Pretória, comprometendo-se ainda a não investir mais na África do Sul, a não contratar mais empréstimos junto de Pretória, a cessar as suas aquisições de divisas sul-africanas e a proibir a passagem de mercadorias sul-africanas pelo seu território (Bas & Tersen, 1987: 62-63).

Vários tratados secretos mantiveram-se, apesar de tudo, em vigor, enquanto a parceria entre os dois países em matéria de pesquisa nos domínios balístico (mísseis) e nuclear prosseguiu o seu curso (Byrnes, 1996), embora de uma forma muito menos ostensiva...

## Referências Bibliográficas

Adams, J. (1984). *The Unnatural Alliance*. London: Quartet.

Albright, D. (1994a). "South Africa and the Affordable Bomb". *The Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 50, nº 4, July/August, pp. 37-47.

Albright, D. (1994b). *South Africa's Secret Nuclear Weapons*. Online: <<http://isis-online.org/isis-reports/detail/south-africas-secret-nuclear-weapons/13>> (referência de 16-02-2013).

- Albright, D.; Gay, C. (1997). "A Flash from the Past". *The Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 53, nº 6, November/December, pp. 15-17.
- Albright, D.; Hibbs, M. (1993). "South Africa: The ANC and the Atom Bomb". *The Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 49, nº 3, April, pp. 32-37.
- Albright, D.; Zamora, T. (1991). "South Africa Flirts with the NPT". *The Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 47, nº 1, January/February, pp. 27-31.
- Bach, D.C. (1990). "Un système autonome de relations: la France et l'Afrique du Sud, 1963-1977". In: D.C. Bach (dir.), *La France et l'Afrique du Sud. Histoire, Mythes et Enjeux Contemporains*. Paris: Karthala, pp. 173-202.
- Barber, J.; Barratt, J. (1990). *South Africa's Foreign Policy. The Search For Status And Security 1945-1988*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bard, M.G. (1988). *The Evolution of Israel's Africa Policy*. Online: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/africa.html>> (referência de 16-02-2013).
- Bas, P.; Tersen, D. (1987). *L'Afrique Australe Dans la Tourmente. 2: Les Relations de Puissance*. Paris: La Documentation Française, nº 4849.
- Beri, R. (1998). *South Africa's Nuclear Policy*. Online: <<http://www.idsa-india.org/an-oct8-2.html>> (referência de 16-02-2013).
- Bunting, B. (1964). *The Rise of the South African Reich*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Byrnes, R.M. (ed.) (1996). *South Africa. A Country Study*. Online: <<http://memory.loc.gov/frd/cs/zatoc.html>> (referência de 16-02-2013).
- Chant, C. (1996a). *Artillery, Missiles & Military Transport of the 20th Century*. London: Tiger Books.
- Chant, C. (1996b). *Warships of the 20th Century*. London: Tiger Books.
- Chazan, N. (1983). "The Fallacies of Pragmatism: Israeli Foreign Policy Towards South Africa". *African Affairs*, vol. 82, nº 327, pp. 169-199.
- DeLoughry, J.P. (1990). *The United States and the Lavi*. Online: <<http://www.fas.org/man/dod-101/sys/ac/row/3fal90.htm>> (referência de 16-02-2013).
- Desouches, O. (1986). "La politique sud-africaine de la France. Quelques réflexions". *Les Temps Modernes*, nº 479-481, pp. 506-516.
- Dowty, A. (1999). "Israeli Foreign Policy and the Jewish Question". *Middle East Review of International Affairs*, vol. 3, nº 1, pp. 1-13.
- Duvenhage, M. (2000). *South Africa and the Nuclear Option*. Online: <<http://sadf.sentinelprojects.com/tbd/sanuc.html>> (referência de 16-02-2013).
- Farr, W.D. (1999). *The Third Temple's Holy of Holies: Israel's Nuclear Weapons*. Online: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/cpc-pubs/farr.htm>> (referência de 16-02-2013).

- 136 Foss, C.F. (1996). *Jane's Tank & Combat Vehicle Recognition Guide*. Glasgow: HarperCollins.
- Friedman, S. (1995). "Les juifs en Afrique du Sud". *Les Temps Modernes*, nº 585, pp. 630-650.
- García, L.R. (1976). "Africa negra y estados arabes: petróleo y mundo pobre". *Política Internacional*, nº 145, pp. 127-151.
- Geldenhuys, D. (1984). *The Diplomacy of Isolation. South African Foreign Policy Making*. Johannesburg: Macmillan.
- Gorce, P.M.; Schor, A.D. (1992). *La Politique Étrangère de la Ve République*. Paris: PUF.
- Grundy, K.W. (1988). *The Militarization of South African Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Harris, V.; Hatang, S.; Liberman, P. (2004). "Unveiling South Africa's Nuclear Past". *Journal of Southern African Studies*, vol. 30, nº 3, September 2004, pp. 457-475.
- Heitman, H.R. (1985). *South African War Machine*. Bromley: Galago Publishing.
- Herzl, T. (1896). *The Jewish State*. Online: <<http://mideastweb.org/jewishstate.pdf>> (referência de 16-02-2013).
- Horton, R.E. (1999). *Out of (South) Africa: Pretória's Nuclear Weapons Experience*. Online: <<http://www.fas.org/nuke/guide/rsa/nuke/ocp27.htm>> (referência de 16-02-2013).
- Hunter, J. (1987). *Israeli Foreign Policy. South Africa and Central America*. Nottingham: Bertrand Russell Peace Foundation.
- Husain, A. (1982). "The West, South Africa and Israel: A Strategic Triangle". *Third World Quarterly*, vol. 4, nº 1, pp. 44-73.
- Jaster, R.S. (1985). "South Africa's narrowing security options". In: R.S. Jaster (ed.), *Southern Africa. Regional Security Problems and Prospects*. New York: St. Martin's Press, pp. 37-87.
- Kaku, M. (1992). *Nuclear Threats and the New World Order*. Online: <<http://www.ratical.org/radiation/inetSeries/NthrtsNnwo.html>> (referência de 16-02-2013).
- Kienzle, W. (1979). "German-South African Trade Relations, in the Nazi Era". *African Affairs*, vol. 78, nº 310, pp. 81-90.
- Kimche, D. (2001). *Israel and Africa*. Online: <[http://web.archive.org/web/20071121031855/http://www.african-geopolitics.org/show.aspx?ArticleId=3097#\\_ftn1](http://web.archive.org/web/20071121031855/http://www.african-geopolitics.org/show.aspx?ArticleId=3097#_ftn1)> (referência de 16-02-2013).
- Legum, C. (1982). "The Middle East Dimension". In: G.M. Carter & P. O'Meara (eds.), *International Politics in Southern Africa*. Bloomington: Indiana University Press, pp. 115-121.



- Lemarchand, P. (dir.) (1994). *L'Afrique et l'Europe. Atlas du XXe siècle*. Bruxelles: Complexe.
- Marchand, J. (1985). *La Propagande de l'Apartheid*. Paris: Karthala.
- Metz, H.C. (ed.) (1988). *Israel. A Country Study*. Online: <<http://memory.loc.gov/frd/cs/iltoc.html>> (referência de 16/02/2013).
- Middleton, D. (1981). *South Africa Needs More Arms, Israeli Says*. Online: <<http://www.marxists.org/history/etol/document/mideast/ironwall/sharonsa.htm>> (referência de 16-02-2013).
- Pabian, F.V. (1995). "South Africa's nuclear weapon program: lessons for U.S. nonproliferation policy". *The Nonproliferation Review*, vol. 3, nº 1, pp. 1-19.
- Paraíso, J.Y. (1995). "Bonn et la question sud-africaine". *Politique Africaine*, nº 60, pp. 34-43.
- RSA (1986). *South Africa 1986. Official Yearbook of the Republic of South Africa*. Pretoria: Department of Foreign Affairs.
- Razoux, P. (1999). *La Guerre du Kippour: Un Cas d'École Dans le Domaine du Renseignement*. Online: <[http://www.institut-strategie.fr/strat\\_073\\_dRazouxdoc.html](http://www.institut-strategie.fr/strat_073_dRazouxdoc.html)> (referência de 16-02-2013).
- Rendall, D. (1996). *Jane's Aircraft Recognition Guide*. Glasgow: HarperCollins.
- Shain, M. (1994). *The Roots of Anti-Semitism in South Africa*. Charlottesville: University Press of Virginia.
- Shimoni, G. (1980). *Jews and Zionism: The South African Experience (1910-1967)*. Cape Town: Oxford University Press.
- Silva, S.V. (2013). *Poder e Política na África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar Editora.
- Silveira, J.T.V.A. (2001). "A Hot Pursuit nos Mares". *Revista Jurídica*, nº 24, abril, pp. 85-136.
- Simpson, G. (1989). "The Politics and Economics of the Armaments Industry in South Africa". In: J. Cock & L. Nathan (eds.), *War and Society: The Militarisation of South Africa*. Cape Town: David Philip, pp. 217-231.
- Spence, J.E. (1981). "South Africa: The Nuclear Option". *African Affairs*, vol. 80, nº 321, pp. 441-452.
- Steinbach, J. (2002). *Israeli Weapons of Mass Destruction: a Threat to Peace*. Online: <<http://globalresearch.ca/articles/STE203A.html>> (referência de 16-02-2013).
- Steinberg, G. (1993). *Israel: Case Study for International Missile Trade and Nonproliferation Project*. Online: <<http://faculty.biu.ac.il/~steing/arms/mis-siles.htm>> (referência de 16-02-2013).

- 138 Stevens, E. (1995), *Israel's Nuclear Weapons. A Case Study*. Online: <<http://infomanage.com/nonproliferation/najournal/israelinucs.html>> (referência de 17-09-2006).
- Stumpf, W. (1995). *Birth and Death of the South African Nuclear Weapons Programme*. Online: <<http://www.fas.org/nuke/guide/rsa/nuke/stumpf.htm>> (referência de 16-02-2013).
- UN (1961). *Resolução 1598 da Assembleia Geral (13 de abril de 1961)*. Online: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/1598\(XV\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1598(XV)&Lang=E&Area=RESOLUTION)> (referência de 16-02-2013).
- UN (1973). *Resolução 3151 da Assembleia Geral (14 de dezembro de 1973)*. Online: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/3151\(XXVIII\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/3151(XXVIII)&Lang=E&Area=RESOLUTION)> (referência de 16-02-2013).
- UN (1975). *Resolução 3379 da Assembleia Geral (10 de novembro de 1975)*. Online: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/3379\(XXX\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/3379(XXX)&Lang=E&Area=RESOLUTION)> (referência de 16-02-2013).
- Villiers, J.W. de; Jardine, R.; Reiss, M. (1993). "Why South Africa Gave Up the Bomb". *Foreign Affairs*, vol. 72, nº 5, pp. 98-109.
- Zwergbaum, A. (1973). "Zionism in Many Lands, South Africa". In *Zionism*. Jerusalem: Keter Books, pp. 207-209.